

Matemática da memória: epistemologias do Sul e o contra-colonialismo na formação docente pataxó

Cediglês Lima dos Santos¹

Resumo

Este artigo buscou investigar a formação de professores indígenas no contexto da Licenciatura Intercultural Indígena do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, a partir do projeto “Matemática da Memória”. O objetivo principal da pesquisa foi analisar como os saberes orais e os grafismos pataxó podem fundamentar uma prática docente decolonial. O estudo fundamentou-se na crítica de Boaventura de Sousa Santos ao pensamento abissal, propondo uma ecologia de saberes que confronte o racismo epistêmico e valide as lógicas matemáticas pataxó. A fundamentação teórica articulou-se com o conceito de “biointeração” de Antônio Bispo dos Santos, que compreende o saber como prática orgânica e contra-colonial, e com a teoria de Frantz Fanon sobre a descolonização mental e a reabilitação do “homem total”. Metodologicamente, a pesquisa adotou uma abordagem decolonial e qualitativa do tipo participante, pautada no encontro de saberes com mestres tradicionais e na análise da oralidade e do grafismo como tecnologias de ponta. Os resultados indicam que a retomada de lógicas ancestrais na educação matemática atua como um dispositivo de justiça cognitiva, transformando o docente em um professor libertário capaz de mediar a confluência entre o conhecimento acadêmico e a soberania intelectual e territorial de seu povo.

Palavras-chave

Etnomatemática pataxó. Epistemologias do Sul. Nego Bispo. Frantz Fanon. Formação de professores.

¹ Doutorando em Estado e Sociedade na Universidade Universidade Federal do Sul da Bahia, Brasil; professor no Instituto Federal da Bahia, Brasil. E-mail: cedigles@gmail.com.

Mathematics of memory: epistemologies of the South and counter-colonialism in *Pataxó* teacher training

Cediglês Lima dos Santos¹

Abstract

This article sought to investigate the training of Indigenous teachers within the Intercultural Indigenous Teacher Training program at the Federal Institute of Education, Science, and Technology of Bahia, state of Bahia, Brazil, through the project “Mathematics of Memory”. Its main goal was to analyze how *Pataxó* oral knowledge and graphic art can provide the foundation for a decolonial teaching practice. The study was grounded in Boaventura de Sousa Santos’s critique of abyssal thinking, proposing an ecology of knowledges to confront epistemic racism and validate *Pataxó* mathematical logics. It also drew on Antônio Bispo dos Santos’s concept of “biointeraction”, which understands knowledge as an organic and counter-colonial practice, and on Frantz Fanon’s theory of mental decolonization and the rehabilitation of the “whole human being”. Methodologically, the research adopts a decolonial, qualitative, participatory approach based on encounters with traditional knowledge holders and the analysis of orality and graphic art as cutting-edge technologies. The results indicate that reclaiming ancestral logics in mathematics education functions as a mechanism of cognitive justice, transforming teachers into emancipatory educators capable of mediating the convergence between academic knowledge and the intellectual and territorial sovereignty of their people.

Keywords

Pataxó ethnomathematics. Epistemologies of the South. Nego Bispo. Frantz Fanon. Teacher training.

¹ PhD candidate in State and Society, Federal University of Southern Bahia, State of Bahia, Brazil; professor at the Federal Institute of Bahia, State of Bahia, Brazil. Email: cedigles@gmail.com.

Introdução

A construção de processos educativos em territórios indígenas, especificamente no contexto da Licenciatura Intercultural (Linter) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA) — Câmpus Porto Seguro, impõe o desafio de confrontar uma estrutura de saber que, historicamente, operou pela exclusão e pelo silenciamento. Para compreender a matemática da memória como um projeto de emancipação e justiça, é imperativo analisar as bases epistemológicas que definem o que é considerado conhecimento válido e o que é relegado ao campo da inexistência pelo cânone ocidental.

Nesse sentido, o presente artigo configura-se como um recorte de uma pesquisa de doutorado em andamento no Programa de Pós-Graduação em Estado e Sociedade da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), cujo escopo central é a compreensão das lógicas matemáticas do povo pataxó frente às matrizes coloniais do conhecimento. A pergunta de pesquisa que norteou este estudo é: de que maneira os saberes orais e os grafismos pataxó fundamentam uma práxis docente decolonial e insurgente na formação de professores de matemática da Linter/IFBA — Câmpus Porto Seguro?

A partir desse questionamento, o objetivo geral desta investigação foi analisar o impacto da validação e integração de saberes tradicionais no processo de formação de professores indígenas, a partir do projeto “Matemática da Memória”. Os objetivos específicos delimitaram-se em: a) discutir as epistemologias do Sul como contraposição ao pensamento abissal na educação matemática; b) investigar o grafismo e a oralidade como tecnologias de resistência; c) demonstrar como a justiça cognitiva atua na descolonização psíquica e territorial do docente. Nesse horizonte, é imperativo pontuar que categorias utilizadas ao longo do texto, tais como matemática da memória, matemática libertária e geometria da retomada, constituem-se em conceitos operacionais cunhados e desenvolvidos na pesquisa de doutoramento em questão. Esses termos buscam dar contorno acadêmico a saberes orgânicos que escapam aos manuais ocidentais.

Referencial teórico

Epistemologias do Sul e a descolonização do ser

O pilar central desta análise residiu na crítica de Santos (2007) ao pensamento abissal. Segundo o autor, a modernidade ocidental estabeleceu um sistema de distinções visíveis e invisíveis, no qual uma linha imaginária separa as sociedades ditas “civilizadas” dos saberes

considerados tradicionais ou arcaicos. O que reside do outro lado da linha não é apenas considerado inferior, mas é ativamente produzido como inexistente por não se enquadrar nos cânones da ciência eurocêntrica (Santos, 2007).

No campo da educação matemática, essa lógica abissal manifesta-se na imposição de uma métrica universal que ignora as formas de contagem, medição e organização espacial pataxó. Nesse sentido, Santos (2009) argumenta que a justiça social global é impossível sem a justiça cognitiva global. Portanto, a proposta deste trabalho foi promover uma ecologia de saberes na qual o rigor científico acadêmico não soterre o rigor da ancestralidade, mas estabeleça com ele uma relação de inteligibilidade mútua e respeito epistemológico.

Essa busca por uma ecologia de saberes encontra materialidade no pensamento de Santos (2015). Enquanto a academia ocidental foca na acumulação e no adestramento cognitivo, Santos (2015) propõe a biointeração — uma relação orgânica e confluyente com o território. O autor denuncia que o processo colonizador é, em essência, uma tentativa de substituição de nomes e lógicas. Ao ancorarmos a matemática da memória na escola (Santos, 2015), operamos um movimento de contra-colonialismo. A matemática pataxó, preservada pela oralidade e pela vivência na terra, é uma tecnologia de resistência que não se deixa capturar pela rigidez da língua impressa (Anderson, 2008). A confluência permitida nesse espaço garante que o professor indígena não apenas transmita números, mas compartilhe saberes que sustentam a vida e a identidade no território.

Essa disputa por saber é, em última instância, uma disputa por humanidade. Assim sendo, Fanon (1968) alerta que o colonialismo atua, de forma devastadora, na psique do colonizado, inculcando-lhe um complexo de inferioridade que o faz duvidar da própria capacidade de produzir ciência. Para o autor, a descolonização deve ser um processo de catarse que resulta na reabilitação do homem total (Fanon, 1968).

Quando a Linter/IFBA — Câmpus Porto Seguro valida o saber etnomatemático pataxó, ela atua na descolonização da mente desses educadores. Ao reconhecer a sofisticação de sua própria ciência ancestral — seja no grafismo ou na gestão do tempo —, o professor indígena deixa de ser um mero reproduzidor de uma lógica que o nega para se tornar um intelectual de seu próprio território, transformando a matemática em uma ferramenta de afirmação e retomada (Fanon, 1968).

O suporte conceitual para a transposição dessas reflexões à práxis educacional situa-se no campo da etnomatemática (D'Ambrosio, 2001). Contudo, a presente pesquisa adotou uma vertente estritamente decolonial; é preciso cautela analítica, pois abordagens críticas contemporâneas problematizam o próprio uso de termos como “matemática pataxó”. Afinal, o que observamos nas aldeias são sistemas complexos de saberes e fazeres próprios daquele povo; somos nós que, partindo de nossa bagagem ocidentalizada, enquadrando-os sob a categoria de matemática. Portanto, a matemática libertária e a matemática da memória — construtos deste estudo — referem-se ao movimento político-pedagógico de reconhecimento dessas lógicas ancestrais (contagem, medida, orientação espacial, design, gestão temporal) não como curiosidades folclóricas pré-científicas, mas como chaves epistêmicas dotadas de rigor próprio, fundamentais para a promoção da justiça cognitiva global defendida por Santos (2009). Para podermos nos apropriar dos termos cunhados e utilizados nesta escrita, citarei brevemente suas conceitualizações.

Para que uma nova régua analítica seja validada perante a comunidade acadêmica, é imperativo demonstrar a insuficiência das matrizes teóricas precedentes em responder aos fenômenos emergentes. Nesse sentido, o mapeamento do Estado da Arte (2010-2025) sobre a Linter, o ensino de matemática e o povo Pataxó – realizado no âmbito da pesquisa de doutorado à qual este artigo se vincula – revelou uma lacuna metodológica e conceitual sintomática. A massiva maioria das investigações concentra-se na etnomatemática, no viés da tradução cultural de currículos.

Nesse contexto, embora o “Programa Etnomatemática”, alicerçado por D'Ambrosio (2001), tenha sido um marco inaugural ao reconhecer que o saber matemático deriva da sobrevivência e da transcendência em diversos ambientes culturais, a literatura contemporânea muitas vezes estacionou-se na fase diagnóstica. Assim, mostram-se fundamentais o registro etnográfico do uso de sementes para contagem e a geometria aplicada a artesanatos, porém são insuficientes para instrumentar politicamente populações encurraladas pela globalização.

O conceito da matemática libertária, por sua vez, reside no rompimento direto com a dicotomia preservação cultural *versus* tecnologia moderna. Ela postula que a matemática oficial, quando despojada do seu caráter alienante e submetida a uma intencionalidade decolonial, pode ser subvertida. O termo que cunhamos durante a escrita propõe a transição do diagnóstico qualitativo para a mensuração do impacto prático, configurando uma verdadeira ruptura epistemológica. A estruturação dessa nova categoria não ocorre no vácuo; ela é tecida

por meio de uma articulação teórica que convoca a geografia crítica de Santos (2001) e as epistemologias do Sul, estabelecendo um *corpus* conceitual multidisciplinar e rigoroso. A cunhagem do conceito pressupõe a emergência do professor libertário — que, diferente do educador assimilacionista, atua como um intelectual orgânico na fronteira intercultural. Na prática do Tempo Comunidade (TC)², essa agência se materializa quando o educador pataxó transcende a lousa convencional.

Ao decodificar a complexa geometria empregada na angulação estrutural de um Kijême (estruturas tradicionais das construções das aldeias indígenas pataxós do extremo sul), ou ao aplicar os cálculos temporais precisos dos ciclos da agricultura, o professor libertário extrai a ciência viva da aldeia. Ele converte esses saberes biointerativos em dados técnicos e estatísticos robustos para, deliberadamente, contestar laudos topográficos de frentes espoliadoras que ameaçam as fronteiras da comunidade. Assim, a matemática sai da abstração teórica e firma-se como defesa institucional.

É crucial pontuar que a matemática libertária não recusa a modernidade; pelo contrário, exige o letramento digital. A tecnologia — como a robótica educacional —, quando subordinada aos interesses da aldeia, constitui uma extensão da ecologia de saberes. Evitar o contato dos pataxó com essas tecnologias, sob o falacioso argumento da preservação da pureza étnica, é uma reiteração colonial que condena o indígena ao isolacionismo e à obsolescência programada pelo Estado.

Nesse horizonte, o professor libertário domina tanto a técnica contemporânea quanto o contexto ancestral para governar o destino territorial do seu povo. Desse modo, damos a definição estrutural da nova categoria pela necessidade epistemológica do conceito de matemática libertária, o que nos faz defini-la como uma práxis pedagógica e uma categoria analítica decolonial que transcende o registro etnográfico da etnomatemática para atuar deliberadamente na defesa material e cognitiva dos territórios originários. Ela se consolida ao destituir as ciências exatas de sua aparente neutralidade e de sua função como instrumentos metrificadores de expropriação. A sua originalidade não está em negar o currículo acadêmico,

² O Tempo Comunidade, no contexto da Licenciatura Intercultural Indígena (Linter), é um dos pilares da Pedagogia da Alternância. Ela se opõe à lógica acadêmica tradicional que confina o aprendizado às paredes da instituição (o TempoUniversidade/Escola). No TC, o professor indígena em formação retorna ao seu território não apenas para aplicar o que aprendeu, mas para investigar, problematizar e produzir conhecimento em diálogo direto com a realidade de sua comunidade, com os mais velhos e com as práticas cotidianas de seu povo. É o momento em que o currículo é testado, tencionado e validado pelas cosmologias e necessidades territoriais indígenas, transformando o espaço de vida em espaço legítimo de pesquisa e formação. Na Matemática da Memória a própria extensão subverte a hierarquia universitária ao levar o centro do debate para o chão da aldeia, é a matemática que precisa ser compreendida através das lógicas ancestrais do território pataxó.

mas em submetê-lo a um sequestro epistemológico pelas comunidades indígenas. Quando o cálculo algorítmico ocidental encontra a geometria biótica do grafismo e a exatidão empírica da memória pataxó, forja-se um escudo ontológico.

A matemática libertária, portanto, não serve para adestrar a mão de obra para o mercado flexibilizado, nem apenas para preencher o currículo formal com uma vitrine multicultural. Ela possibilita calcular as fronteiras do território usado (Santos, 2001), projetar a suficiência alimentar e recuperar a dignidade intelectual do ser. Ao pensar nessa categoria inovadora, tentamos não apenas avançar nas pesquisas de Estado e sociedade, como também pagar uma dívida histórica ao legitimar a insubordinação metodológica de um povo que, por meio de seus cálculos de vida, há mais de 500 anos, ensina ao país o que significa reexistir.

Metodologia

O presente estudo configura-se como uma pesquisa qualitativa do tipo participante (Gil, 2008), filiada aos pressupostos da pesquisa decolonial e etnográfica. A opção por esse percurso metodológico justifica-se pela necessidade imperativa de construir o conhecimento com os sujeitos da pesquisa, e não sobre eles, rompendo com a verticalidade acadêmica tradicional.

Os sujeitos colaboradores, agentes fundamentais para o êxito investigativo, foram: professores indígenas em formação, professores da educação básica, alunos de graduações, alunos da Linter/IFBA — Câmpus Porto Seguro, lideranças locais, bem como mestres de saberes tradicionais. Todos os procedimentos respeitaram a soberania epistêmica e a cosmologia do povo pataxó.

Destaque-se que o envolvimento com populações tradicionais e saberes indígenas (uma das prerrogativas do edital Nêgo Bispo de Saberes Tradicionais) foi o que possibilitou a participação, classificação e aprovação do projeto intitulado em questão (IFBA, 2025). Ele foi formalmente aprovado e executado junto ao IFBA — Câmpus Porto Seguro, em parceria com a aldeia indígena “Pataxó da Jaqueira”, com a devida anuência escrita do cacique local e das demais lideranças.

Institucionalmente, a execução dessa proposta integrou as ações pioneiras do “Programa Escola Nacional Nego Bispo de Saberes Tradicionais” — política pública instituída pelo Ministério da Educação (MEC) por meio da Portaria n.º 537/2025, com o escopo de combater o racismo estrutural e promover o pluralismo de ideias no ensino superior e técnico (Brasil, 2025). Desse modo, o projeto investigado vinculou-se diretamente ao eixo temático de “Saberes

Tradicionais Indígenas”, localizando-se prioritariamente na interseção do subeixo “Memórias e Oralidade”, proposto pelo programa supramencionado.

Por se tratar da execução de uma política pública de extensão governamental, a realização do projeto dispensou a submissão prévia ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) para essa fase específica. Não obstante, cumpre destacar que o escopo mais amplo da pesquisa de doutorado à qual este relato se vincula encontra-se formalmente submetido ao CEP da UFSB. Atualmente, o estudo possui a anuência por escrito das lideranças locais (caciques) e aguarda a emissão da autorização oficial da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) para o avanço das etapas subsequentes em campo. Adicionalmente, cabe contextualizar que a aldeia “Pataxó da Jaqueira” caracteriza-se como uma aldeia urbana que pratica a etnovivência — modalidade de turismo de base comunitária voltada ao compartilhamento do cotidiano indígena com visitantes —, o que confere especificidade às dinâmicas de acesso e interação no território.

Dos caminhos metodológicos ao desenho desta investigação, o estudo assume, de forma central, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. A construção metodológica do curso — e, por conseguinte, a constituição do *corpus* desta pesquisa — deu-se a partir de um desenho intercultural e colaborativo. A imersão prática teve a parceria direta do mestre do saber tradicional indígena da aldeia “Pataxó da Jaqueira”, bem como do seu assistente, que é também mestre do saber tradicional, cujas atuações como proponentes e educadores materializaram a pedagogia do envolvimento e a confluência de saberes defendida pelo patrono do programa, Antônio Bispo dos Santos.

Sob a ótica da coleta e produção de dados, a vivência junto aos educadores e às lideranças nas aldeias pataxó do extremo sul da Bahia (BA) configurou-se como um espaço de observação do tipo participante. Os registros textuais, as narrativas orais compartilhadas e as reflexões acerca dos saberes etnomatemáticos tecidos ao longo dos encontros foram sistematizados e submetidos à análise de conteúdo sob as lentes dos teóricos citados ao longo da escrita (Santos, 2007; 2015; Fanon, 1968; D’Ambrosio, 2001), buscando compreender de que maneira a oralidade e memória indígenas tensionam e ressignificam a formação de educadores e o ensino da matemática na perspectiva libertadora. Os procedimentos metodológicos e instrumentos de produção de dados foram sistematizados nas fases estruturais de imersão, conforme as subseções seguintes.

Esta fase ocorreu presencialmente no território indígena pataxó, especificamente com a imersão na aldeia “Pataxó da Jaqueira” na forma de TC, quando as aulas práticas foram conduzidas pelo cacique com as ajudas do seu assistente, mestre de saber tradicional, e de uma das fundadoras da aldeia. Nesse momento, a matemática foi vivenciada por meio da arquitetura tradicional, da geometria e proporção na construção de Kijêmes, de artes e ofícios na forma de contagem, de simetria e padrões em grafismos e artesanatos, além de cosmociências na leitura do tempo e ciclos naturais. Foram feitos registros etnográficos com a documentação por meio de fotos, vídeos e notas, realizados pelos cursistas para capturar a matemática presente na oralidade, conforme exposto nas Figuras 1 e 2.

Figura 1 – Artes e ofícios



Fonte: arquivo pessoal (2026).

Figura 2 – Grafismo



Fonte: arquivo pessoal (2026).

Diálogo de saberes e práxis pedagógica

Este momento teve o objetivo de conectar a experiência sensível no território com a prática docente na educação básica, fazendo análise crítica e confronto entre os saberes aprendidos na aldeia e o currículo institucional dos livros didáticos, bem como identificando silenciamentos da cultura indígena. Além disso, a etapa englobou o design instrucional promovendo a elaboração de esboços de sequências didáticas que integram a memória coletiva pataxó ao ensino formal.

Oficina de (co)produção e validação cultural

A fase final consolidou a matemática como uma prática cultural situada, especialmente com aprendizagem baseada em projetos na construção colaborativa de materiais tangíveis, como jogos e cartilhas interculturais, culminando com a banca de saberes, em que os materiais produzidos foram submetidos à avaliação dos mestres de saberes. Essa etapa foi crucial para garantir que o conhecimento acadêmico respeitasse a cosmologia e a tradição pataxó, assegurando a validação comunitária.

Resultados e Discussão

A estruturação de uma proposta de matemática libertária no âmbito da Linter/IFBA — Câmpus Porto Seguro exige uma costura teórica que transcenda a mera transposição de conteúdos. Essa síntese propõe que o ato de ensinar e aprender matemática em território pataxó é, em essência, um exercício de retomada epistêmica — um movimento de insurgência contra o silenciamento histórico imposto pela colonialidade.

A oralidade como tecnologia de ponta na retomada epistêmica

Distante de um estágio rudimentar ou uma carência de registro, a oralidade nas aldeias pataxó do extremo sul da BA configura-se como um suporte rigoroso de preservação de sistemas matemáticos complexos, desafiando a premissa colonial que condiciona a produção de ciência à existência do documento escrito.

A crítica de Anderson (2008) sobre a formação das nações modernas destaca o papel do capitalismo impresso na criação de uma consciência coletiva padronizada. Para o autor, a língua impressa permitiu a construção de comunidades imaginadas por meio da fixidez do texto e da simultaneidade do consumo da informação (Anderson, 2008). No entanto, quando essa lógica é transposta para o contexto indígena pela via colonial, ela atua como um mecanismo de exclusão: o que não está impresso, não é oficial; o que não é lido, não é ciência.

A matemática da memória rompe com essa exigência. Ao valorizar a transmissão oral dos saberes etnomatemáticos, a Linter/IFBA — Câmpus Porto Seguro reconhece que a memória pataxó possui uma plasticidade e uma precisão que a escrita acadêmica falha, muitas vezes, em capturar. A oralidade, aqui, funciona como uma tecnologia que mantém a simultaneidade da ancestralidade com o presente, permitindo que o saber matemático seja reatualizado a cada narrativa do mestre, sem se cristalizar em fórmulas estáticas e desencarnadas (Anderson, 2008). Os dados empíricos observados com o mestre do saber tradicional e as demais lideranças revelam que a oralidade não cristaliza modelos estacionários.

Em diálogo direto com Santos (2015), constata-se a manifestação da oralidade como saber orgânico. Enquanto o saber sintético colonial depende de suportes externos e estáticos para se manter, a oralidade pataxó é biointerativa: ela depende do corpo, da voz e do território para existir (Santos, 2015). Nesse projeto atrelado ao “Programa Escola Nacional Nego Bispo de Saberes Tradicionais” (Brasil, 2025), o ensino da matemática não começa no quadro negro, mas na escuta dos mais velhos.

A métrica pataxó — seja na contagem do tempo da pesca ou na divisão espacial das retomadas — é codificada em cantos, histórias e orientações orais. Trata-se de uma tecnologia avançada por ser portátil, resiliente e imune ao apagamento documental imposto pelo Estado. Como defende Santos (2015), a confluência entre o falante e o ouvinte cria um território de saber no qual o colonizador não consegue cercar. A oralidade é a ferramenta que permite ao povo pataxó nomear o mundo conforme suas próprias lógicas, garantindo a continuidade da biointeração ancestral. Além disso, a validação dessa oralidade resultou em evidente cura fanoniana (Fanon, 1968) entre os professores em formação. Nos fóruns e nas escritas dos relatórios, foram apontados alívio e empoderamento ao perceberem que a ausência de cartilhas escritas nas línguas nativas de seus antepassados não era falta de inteligência, mas a presença de um modelo ontológico pautado no sopro e no coletivo.

O grafismo pataxó como geometria da retomada: análise visual e espacial

A visualidade pataxó, expressa em seus grafismos e pinturas corporais, constitui uma das formas mais sofisticadas de registro de sua ciência territorial. Durante o TC na aldeia “Pataxó da Jaqueira”, coletou-se uma vasta diversidade de padrões (Figuras 1 e 2, bem como 3 e 4) que transcendem a função meramente estética. Trata-se de uma geometria da retomada, outro conceito basilar que remete a uma linguagem matemática que organiza o espaço e reafirma a presença do corpo indígena no mundo.

Figura 3 – Besouro-serra-pau-gigante



Fonte: arquivo pessoal (2026).

Figura 4 – Grafismo pataxó



Fonte: arquivo pessoal (2026).

A matemática escolar convencional, sob a influência do pensamento abissal (Santos, 2007), tende a reduzir o grafismo indígena a uma aplicação de figuras geométricas euclidianas (triângulos, retângulos, simetrias). No entanto, essa abordagem opera um soterramento da

memória por ignorar que, para o povo pataxó, a forma não é um ente abstrato, mas um portador de significados ancestrais e territoriais.

Ao operarmos a ecologia de saberes (Santos, 2007), deslocamos o foco da geometria estática para a geometria viva. Na formação de professores no IFBA — Câmpus Porto Seguro, reconhecer essa lógica é o primeiro passo para a justiça cognitiva, permitindo que o professor indígena utilize sua própria visualidade como uma métrica de resistência e afirmação cultural.

A leitura desses padrões com os mestres demonstrou que a forma é indissociável da memória. Os pigmentos do jenipapo e urucum aplicados à pele ou aos troncos dos Kijêmes demonstram um saber inseparável do meio biológico (Santos, 2015). Diferente da cartografia colonial, que utiliza o mapa para cercar e dividir a terra, a geometria do grafismo pataxó atua na retomada. Pintar o corpo para uma assembleia ou gravar símbolos nos portais de uma área retomada é um ato de demarcação matemática e política. Nesse horizonte, Santos (2015) afirma se tratar de um saber que garante a continuidade da vida: uma geometria que não serve para o desenvolvimento extrativista, mas para a sustentabilidade da memória e a proteção do território sagrado.

Ademais, a dimensão visual do grafismo possui uma função crucial na descolonização da mente. Assim sendo, Fanon (1968) discute como a alienação colonial tenta despojar o colonizado de sua estética, rotulando suas expressões como exóticas ou primitivas. A reabilitação do homem total passa, portanto, pela retomada do direito de se expressar visualmente sob seus próprios termos.

Quando um estudante da Linter/IFBA — Câmpus Porto Seguro analisa a estrutura matemática de um grafismo pataxó, ele está realizando uma catarse fanoniana (Fanon, 1968). Ele percebe que seu povo domina conceitos complexos de proporção, ritmo e escala muito antes da chegada da pedagogia ocidental. Essa percepção reconstrói a autoestima intelectual do educador, transformando o grafismo de uma curiosidade em uma prova de sofisticação científica. A geometria da retomada é, em última análise, a prova visual de que o povo pataxó nunca deixou de calcular e nomear sua própria realidade, apesar de todas as tentativas de apagamento abissal (Fanon, 1968).

Considerações finais

As reflexões e as imersões territoriais tecidas ao longo deste trabalho evidenciam que a matemática da memória mobiliza mais do que conteúdos curriculares adaptados: trata-se de um

projeto estrutural e político de reexistência educacional. A articulação empírica da oralidade e da análise dos grafismos corrobora a superação do pensamento abissal por meio de uma genuína ecologia de saberes. A convergência entre a oralidade e o grafismo, enquanto tecnologias avançadas do povo pataxó, fundamenta a formação de um novo perfil intelectual no contexto da Linter/IFBA — Câmpus Porto Seguro: o professor libertário.

A investigação demonstrou que a oralidade e o grafismo não são elementos isolados, mas facetas de uma mesma matriz epistemológica que desafia a linha abissal (Santos, 2007). Enquanto a oralidade preserva a dinâmica e a ética da transmissão do saber, o grafismo materializa a métrica e a demarcação do corpo-território.

A articulação dessas tecnologias na formação docente promove o que Santos (2009) define como a vitória sobre o desperdício de experiências. Dessa maneira, o professor libertário é aquele que, ao reconhecer o rigor da memória, opera uma ecologia de saberes em sala de aula, impedindo que a lógica eurocêntrica continue a produzir a inexistência das ciências indígenas (Santos, 2007).

A confluência entre o saber acadêmico e o saber ancestral, mediada pelo “Programa Escola Nacional Nego Bispo de Saberes Tradicionais” (Brasil, 2025), redefine o papel do educador. Esse profissional deixa de ser um adestrador de mentes para se tornar um agente da biointeração (Santos, 2015). A matemática libertária, portanto, é aquela que se pratica “com o pé no chão da aldeia”, compreendendo que o cálculo do futuro pataxó depende da preservação orgânica de suas lógicas de contagem e manejo (Santos, 2015).

Nesse sentido, a formação oferecida pelo IFBA — Câmpus Porto Seguro atua como um espaço de contra-colonialismo. O professor libertário utiliza a matemática como uma ferramenta de retomada: ele mede a terra para protegê-la e conta a história para não permitir que o nome de seu povo seja substituído por conceitos sintéticos e alienígenas (Santos, 2015).

Por fim, a formação do professor libertário culmina na reabilitação do homem total (Fanon, 1968). A jornada pedagógica aqui descrita é, prioritariamente, um processo de cura contra o racismo epistêmico. Ao sacudir o cérebro colonial e validar a sofisticação da própria cultura, o docente indígena livra-se do complexo de inferioridade e assume seu lugar como produtor de conhecimento (Fanon, 1968).

Desse modo, conclui-se que a matemática da memória é o eixo de uma matemática da libertação que não aceita mais as margens do pensamento abissal. O professor libertário, munido da oralidade e do grafismo, é o intelectual capaz de traduzir mundos sem trair seu próprio sangue, transformando a educação matemática em um instrumento de soberania e de vida para o povo pataxó. Assim sendo, esta pesquisa reafirma que o Estado e a sociedade

alcançarão a verdadeira democracia somente quando as epistemologias do Sul deixarem de ser ausências para se tornarem o fundamento de novas possibilidades de futuro.

Referências

ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SANTOS, A. B. **Colonização, quilombos**: modos e significações. Brasília: UnB, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria MEC nº 537, de 24 de julho de 2025**. Institui o Programa Escola Nacional Nego Bispo de Saberes Tradicionais. Brasília, DF, 2025. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-mec-n-537-de-24-de-julho-de-2025-644413597>. Acesso em: 3 ago. 2026.

D'AMBROSIO, U. **Etnomatemática**: elo entre as tradições e a modernidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

FANON, F. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IFBA. Programa Escola Nacional Nego Bispo de Saberes Tradicionais. **Portal IFBA**, 2025. Disponível em: <https://portal.ifba.edu.br/reitoria/gabinete-1/programa-nego-bispo>. Acesso em: 10 ago. 2026.

SANTOS, B. S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (org.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009. p. 23-71.

SANTOS, B. S. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2001.

Submetido em 5 de abril de 2026.

Aprovado em 18 de julho de 2026.